



Estratégia

OAB

SIMULADO INÉDITO
PARA 1ª FASE DO
XXXII EXAME DE ORDEM



Estratégia
Concursos

LANÇAMENTO DO SISTEMA DE QUESTÕES

#VENHAPARAOMAIOR

NÃO ESQUEÇA

18 DE MAIO - ÀS 10:00

PROVA OBJETIVA

Informações gerais

- Essa prova é focada na 1ª fase do XXXII Exame de Ordem da OAB;
- As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca do certame, a FGV;
- 5 horas é o tempo disponível para a realização da prova, tente realizar este simulado respeitando este limite de tempo conforme ocorrerá no dia de seu exame.
- Esse simulado não é uma das rodadas de correção de peças e questões individualizadas, que serão disponibilizadas futuramente somente aos alunos que efetuaram a compra do nosso curso.
- Esse simulado é uma autoavaliação! Você mesmo (a) vai corrigir, a partir da correção ao vivo no canal do YouTube do Estratégia OAB, que começa às 14h.



ATENÇÃO!

Esse caderno de prova é disponibilizado de maneira gratuita, para que os candidatos à 1ª Fase em do XXXII Exame possam praticar. Por isso, é importante para nós, que você dê o máximo de publicidade a esse simulado. Envie para os seus amigos, mande em listas de e-mails, *WhatsApp*, etc. Assim, mais gente tem acesso a ele! =) O objetivo é difundir esse simulado ao máximo!

O fato de o simulado ser gratuito não significa que ele não seja protegido pela Lei de Direitos Autorais. A cópia ou distribuição não autorizada, sujeita o infrator às sanções previstas nos arts. 101 e ss. da Lei 9.610/1998.

CÓDIGO DE ÉTICA E ESTATUTO DA OAB

Roserval Júnior

Questão 1

O sigilo profissional é um direito-dever do advogado, uma vez que a base da relação formada entre cliente e advogado é a confiança. A esse respeito, com base no disposto no EAOAB e no Código de Ética e Disciplina,

- a) O advogado tem a opção de guardar sigilo dos fatos de que tome conhecimento no exercício da profissão.
- b) O sigilo poderá ser violado pelo advogado em caso de grave ameaça ao direito à vida e à honra, mas não em defesa própria.
- c) O sigilo profissional independe de solicitação de reserva feita pelo cliente ao advogado.
- d) Autorizado pelo cliente, o advogado é obrigado a depor, em processo ou procedimento judicial, acerca de fatos a cujo respeito deva guardar sigilo profissional.

Questão 2

Renato é inscrito no quadro de advogados da OAB. Após sofrer um acidente, Renato foi acometido por incapacidade superveniente, o que ocasionou o cancelamento de sua inscrição. De acordo com o EAOAB

- a) O cancelamento da inscrição de Renato está correto, ainda que a incapacidade seja provisória, pois a capacidade civil plena é exigida para a inscrição nos quadros da OAB.
- b) A incapacidade superveniente e permanente não poderá causar o cancelamento da inscrição, devendo Renato apenas licenciar-se.
- c) Somente a incapacidade absoluta será causa para o cancelamento da inscrição.
- d) O cancelamento da inscrição de Renato está correto, desde que a incapacidade seja permanente.

Questão 3

Jaime é estagiário inscrito na OAB. Sob a responsabilidade de advogado, Jaime assinou petição de juntada de documentos a processo judicial. De acordo com o disposto no EAOAB e no RGEAOAB

- a) Estagiário inscrito na OAB pode assinar, isoladamente, petições de juntada de documentos a processos judiciais ou administrativos, desde que sob a responsabilidade do advogado.
- b) Jaime só poderia assinar a petição de juntada de documentos em conjunto com o advogado ou o defensor público.
- c) Jaime incorreu em infração ética, pois o estagiário não pode praticar atos isolados de advocacia.
- d) Caso Jaime tivesse praticado ato além dos regularmente admitidos, teria incorrido em infração ética, podendo ser apenado com censura, não havendo possibilidade de responsabilização penal.

Questão 4

O desagravo público é um procedimento formal em que a OAB se vale para mostrar insatisfação e prestar solidariedade a ofensas sofridas por advogado no exercício da profissão. A esse respeito, julgue as assertivas a seguir e assinale a correta, com base no disposto no EAOAB e no RGEAOAB.

- a) O inscrito na OAB, quando ofendido em razão do exercício profissional ou de cargo ou função da OAB, tem direito ao desagravo público promovido pelo Conselho competente, de ofício ou a seu pedido, somente.
- b) O inscrito na OAB tem direito ao desagravo público em caso de ofensa pessoal.
- c) Compete ao Conselho Federal promover o desagravo público quando a ofensa a advogado se revestir de relevância e grave violação às prerrogativas profissionais, com repercussão nacional..
- d) O desagravo público depende de concordância do ofendido.

Questão 5

A respeito dos honorários advocatícios, quando advogado e cliente não tiverem pactuado nada de forma escrita,

- a) A competência do advogado não é um dos elementos a serem considerados pelo magistrado, visto que a competência de todos os inscritos na OAB é presumida.
- b) Os honorários advocatícios serão arbitrados judicialmente, e o magistrado decidirá o valor.
- c) Honorários fixados por arbitramento judicial podem ser inferiores aos estabelecidos na tabela do Conselho Seccional da OAB.
- d) 1/2 dos honorários deve ser pago no início do serviço, e restante no final.

Questão 6

De acordo com o que dispõe o EAOAB a respeito das incompatibilidades e impedimentos, julgue as assertivas a seguir e assinale a correta.

- a) Militares da ativa não poderão exercer a advocacia.
- b) Incompatibilidade determina a proibição parcial, e o impedimento, a proibição total do exercício da advocacia.
- c) A advocacia é incompatível com as atividades de ocupante de uma função de direção e gerência em uma instituição financeira. Tal incompatibilidade permanece mesmo que o ocupante da função deixe de exercê-la permanentemente.
- d) Membros do Ministério Público podem advogar em causa própria.

Questão 7

Segundo o EAOAB, as sanções disciplinares consistem em censura, suspensão, exclusão ou multa. A censura é aplicável nos casos de:

- a) fazer, em nome do constituinte, com ou sem autorização escrita deste, imputação a terceiro de fato definido como crime.
- b) acarretar, inconscientemente, por ato próprio, a anulação ou a nulidade do processo em que funcione.
- c) estabelecer entendimento com a parte adversa sem autorização do cliente.
- d) violar sigilo profissional, com ou sem justa causa.

Questão 8

O Estatuto da Advocacia e da OAB e o Regulamento Geral da OAB dispõem a respeito dos órgãos da OAB, suas composições e atribuições. A esse respeito, é **incorreto** afirmar que:

- a) O Conselho Federal é o órgão supremo da OAB e compõe-se de um Presidente, Conselheiros Federais integrantes das delegações de cada unidade federativa e de seus ex-presidentes.
- b) Ex-presidentes do Conselho Federal têm direito a voz nas sessões do Conselho, sendo assegurado o direito de voto aos que exerceram mandato antes de 05 de julho de 1994.
- c) É competência do Conselho Federal velar pela dignidade, independência, prerrogativas e valorização da advocacia.
- d) O Presidente do Conselho Seccional tem lugar reservado junto à delegação respectiva e direito de voto em todas as sessões do Conselho e de suas Câmaras.

FILOSOFIA DO DIREITO

Jean Vilbert

Questão 9

“A maior felicidade do maior número é o fundamento da moral e da legislação.”

O autor desta frase é:

- a) Aristóteles.
- b) Platão.
- c) Immanuel Kant.
- d) Jeremy Bentham.

Questão 10

O que inicia e constitui realmente qualquer sociedade política nada mais é senão o assentimento de qualquer número de homens livres e capazes de maioria em se unirem e incorporarem a tal sociedade (John Locke, Segundo Tratado sobre o Governo - adaptado).

John Locke foi um importante filósofo inglês do século XVII. O trecho destacado discute um aspecto fundamental da ciência política contemporânea, o conceito de:

- a) legitimidade.
- b) poder.
- c) controle social.
- d) soberania.

DIREITO CONSTITUCIONAL

Diego Cerqueira

Questão 11

Em 2020, o juízo de primeira instância proferiu sentença em desfavor de Pedro e o Tribunal de Justiça do Estado Y confirmou sentença. Exauridos os recursos cabíveis perante as instâncias ordinárias, o advogado de Pedro constatou que a decisão julgou válida lei local contestada em face de lei federal. Nesse sentido, considerando a divisão de competências entre os órgãos jurisdicionais estabelecida CRFB/88, é correto afirmar que, preenchidos os demais requisitos exigidos, poderia ser interposto:

- a) recurso especial endereçado ao Superior Tribunal de Justiça.
- b) recurso ordinário endereçado ao Superior Tribunal de Justiça.
- c) reclamação constitucional no Supremo Tribunal Federal.
- d) recurso extraordinário endereçado ao Supremo Tribunal Federal.

Questão 12

Helena é uma brasileira naturalizada. Após a naturalização, praticou um crime de homicídio contra o brasileiro Paulo, já que este tentava ocupar sua vaga na chefia da empresa em que trabalhava. Com base no sistema jurídico vigente, é correto afirmar que Helena:

- a) apenas poderia ser extraditada por decisão do Supremo Tribunal Federal se cometesse crime político.
- b) terá concedida sua extradição, e serão admissíveis, no processo, as provas obtidas por meios ilícitos, tendo em vista a gravidade dos crimes cometidos.
- c) não será extraditada e não será levada à prisão ou nela mantida, quando a lei admitir a liberdade provisória, com ou sem fiança.
- d) será extraditada após o devido processo legal e poderá sofrer pena de banimento.

Questão 13

Um diretório regional informou ao diretório nacional do Partido Político Beta que a Lei nº 222, do Município X, em vigor há três décadas e estava sendo aplicada e causando sérios prejuízos à liberdade de reunião dos munícipes. O diretório nacional do Partido Político Alfa, que somente contava com representantes no Senado Federal, não na Câmara dos Deputados, solicitou que o seu advogado esclarecesse se existiria algum instrumento apto a submetê-la ao controle concentrado de constitucionalidade. O advogado respondeu, corretamente, que a constitucionalidade da Lei nº 222 poderia ser submetida à apreciação do:

- a) Tribunal de Justiça, via representação de inconstitucionalidade.
- b) Supremo Tribunal Federal, via recurso extraordinário, após o esgotamento das instâncias ordinárias.
- c) Supremo Tribunal Federal, via reclamação constitucional.
- d) Supremo Tribunal Federal, via arguição de descumprimento de preceito fundamental.

Questão 14

Considere que o Estado ALFA deixe de entregar ao Município BETA o percentual de 50% relativo ao Imposto sobre Propriedade de Veículos (IPVA) correspondente aos veículos licenciados na municipalidade dentro dos prazos estabelecidos em lei, sob o argumento de esse município não ter atendido condição prevista em programa de benefício fiscal criado pelo Estado. De acordo com o caso narrado, é correto afirmar que:

- a) há fundamento constitucional para que o Presidente da República, de forma espontânea e após verificação dos motivos que a determinam, decrete Intervenção Federal sobre o Estado.
- b) há fundamento constitucional para que o Presidente da República decrete a intervenção federal, mas, nesse caso, exige-se sua provocação pelo Poder Legislativo Estadual, a qual, uma vez solicitada, possui caráter obrigatório.
- c) não há fundamento constitucional para a decretação da intervenção federal, pois a falta de repasse de um único imposto não permite a deflagração de intervenção federal, mecanismo constitucional extremamente gravoso.
- d) não há fundamento constitucional para a decretação de intervenção federal, pois a imposição de condição prevista em programa de benefício fiscal é constitucional.

Questão 15

Diego, brasileiro, 20 anos de idade e em pleno gozo dos seus direitos políticos, é funcionário público municipal ocupante de cargo de provimento efetivo, filiado a um partido político há três anos e pretende candidatar-se ao mandato de Vereador no Município GAMA, enquanto sua esposa, Lara, é Vereadora no mesmo Município. Considerando o disposto na Carta Magna a respeito da matéria, é correto afirmar que:

- a) Diego não poderá se candidatar ao mandato de Vereador, ainda que tenha a idade mínima para concorrer nas respectivas eleições e que não haja impedimento por ser marido de Lara, uma vez que ocupa cargo público de provimento efetivo, salvo se pedir exoneração do cargo.
- b) Diego poderá candidatar-se ao mandato de Vereador, uma vez que possui a idade mínima para concorrer nas respectivas eleições, e o fato de Lara ser vereadora no mesmo Município não se constitui em hipótese de inelegibilidade nesse caso.
- c) Diego poderá se candidatar ao mandato de Vereador, mas, como funcionário público, se eleito, deverá ser, obrigatoriamente, afastado do cargo, ainda que haja compatibilidade de horários do cargo com o mandato.
- d) Diego não poderá candidatar-se ao mandato de Vereador em razão de sua esposa ser vereadora no mesmo município, ainda que o mandato dela termine ou ela renuncie, uma vez que a inelegibilidade de Diego persiste por até dois anos após o fim do mandato ou da renúncia de Amanda.

Questão 16

A Deputada Federal Júlia e o Vereador Marcos, do Município Alfa, participaram de um Congresso, na Capital Federal, no qual fizeram severas críticas à atuação de alguns órgãos federais, atribuindo, inclusive, a prática de crimes a diversos agentes públicos neles lotados. Um servidor público federal procurou o seu advogado e solicitou orientação sobre a possibilidade de responsabilizar os referidos parlamentares por suas declarações. Com base sistemática constitucional, o advogado informou corretamente que:

- a) os parlamentares somente podem ser responsabilizados caso tenham renunciado à imunidade no início da legislatura com aprovação do Supremo Tribunal Federal.
- b) apenas o Vereador pode ser responsabilizado, pois não possui imunidade fora do território do Município Beta.
- c) nenhum dos dois parlamentares pode ser responsabilizado, já que ambos possuem imunidade.
- d) apenas a Deputada Federal pode ser responsabilizada, pois somente ela atua em Brasília.

Questão 17

José, recém-empossado Ministro de Estado, foi informado por um assessor próximo que lhe competiria: expedir instruções para a execução das leis e nomear os membros do Conselho da República. À luz da sistemática constitucional, é correto afirmar, em relação às competências acima descritas:

- a) todas devem ser exercidas pelo Ministro de Estado.
- b) o Ministro não deve nomear membros do Conselho da República, pois é competência privativa do Presidente da República.
- c) nenhuma delas deve ser exercida pelo Ministro de Estado, pois são privativas do Presidente da República.
- d) o Ministro não deve expedir instruções para a execução das leis

DIREITOS HUMANOS

Ricardo Torques

Questão 18

Dois concluintes do curso de Direito estavam estudando juntos para o XXXII Exame de Ordem. No tópico de Teoria Geral dos Direitos Humanos, ficaram bastante confusos quanto às gerações e suas características. Ao tirarem as dúvidas com o professor, foram corretamente informados que:

- a) A primeira geração (ou dimensão) de direitos humanos corresponde aos direitos relacionados à igualdade, abrangendo os direitos sociais, econômicos e culturais.
- b) A segunda dimensão de direitos engloba é caracterizada por impor uma abstenção estatal, ou seja, um não fazer do Estado, buscando limitar sua atuação.
- c) A terceira geração dos direitos humanos é influenciada pelo valor da solidariedade (ou fraternidade), apresentando os direitos difusos e coletivos, tais como o direito ao meio ambiente e a proteção jurídica do consumidor.
- d) Para o doutrinador brasileiro Paulo Bonavides, a quarta dimensão dos direitos humanos compreende os direitos relacionados às pesquisas biológicas e à manipulação do patrimônio genético das pessoas.

Questão 19

Arnaldo, réu em ação penal que tramita perante a 1ª Vara Criminal, tem se queixado constantemente que tem sido vítima de maus tratos e que seus direitos não têm sido respeitados no estabelecimento prisional e ao longo do processo judicial. O advogado de Arnaldo explicou que, com base na Convenção Americana sobre Direitos Humanos, Arnaldo:

- a) não pode ser submetido a tortura, nem a penas ou tratos cruéis, desumanos ou degradantes pois, ainda que privado de sua liberdade, deve ser tratado com o respeito devido à dignidade inerente ao ser humano.
- b) poderá ficar preso juntamente com os condenados, por decisão do juiz, e, nesse caso, receber o mesmo tratamento que lhes é dispensado.
- c) ao ser submetido à pena privativa de liberdade, em caso de condenação, cumprirá a estrita finalidade de punição por parte do Estado-juiz.
- d) poderá confessar o crime cometido e sua confissão será suficiente como recurso probatório.

DIREITO INTERNACIONAL

Vanessa Arns

Questão 20

Sobre as normas *jus cogens* no Direito Internacional, assinale a afirmativa correta.

- a) podem ser derogadas por qualquer tratado entre dois países
- b) podem ser derogadas por costume internacional;
- c) pressupõem uma ordem pública internacional não disponível para os Estados individualmente;
- d) não precisam ser observadas pelo objeter persistente no direito internacional

Questão 21

Com relação aos tratados internacionais, assinale a opção correta.

- a) Para que tenham validade no âmbito do direito internacional, os tratados internacionais devem ser sempre aprovados pela Organização das Nações Unidas (ONU).
- b) No direito internacional público, a coação de um Estado pela ameaça ou emprego da força pode dar causa à não produção de efeitos jurídicos desse tratado.
- c) Não é necessária a ratificação ou aprovação pelo Congresso Nacional de tratados se assinados pelo Presidente da República.
- d) Apesar de não ter ratificado a Convenção de Viena sobre Direito dos Tratados de 1969, o Brasil observa seu conteúdo como costume internacional e, portanto, como fonte de direito internacional público.

DIREITO TRIBUTÁRIO

Rodrigo Martins

Questão 22

O Estado X ajuizou Execução Fiscal em face da pessoa jurídica ABC para a cobrança de Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS). Devidamente citada, a contribuinte, após o oferecimento de garantia, opôs Embargos à Execução, objetivando a extinção do feito, sobre o argumento de que o Estado exequente não instruiu a petição inicial com o demonstrativo de cálculo do débito, inviabilizando, assim, a ampla defesa. Sobre tais alegações, é correto afirmar que:

- a) A Execução Fiscal deve ser extinta em virtude da falta do demonstrativo de cálculo do débito, pois a ausência desse demonstrativo inviabiliza a ampla defesa.
- b) A Execução Fiscal não deve ser extinta em virtude da falta do demonstrativo de cálculo do débito, por tratar-se de requisito não previsto em lei.
- c) Há um vício na Execução Fiscal, mas esse vício pode ser sanado pelo exequente até a decisão de primeira instância, mediante a juntada do demonstrativo de cálculo do débito, garantindo, desde que feito isso, o normal prosseguimento da execução.
- d) Há um vício na Execução Fiscal, mas esse vício pode ser sanado pelo exequente mediante a juntada do demonstrativo de cálculo do débito, desde que no prazo de até 5 (cinco) anos, contados da data da oposição dos embargos do devedor, garantindo, desde que feito isso, o prosseguimento da execução.

Questão 23

O Estado X concedeu, por meio de lei regularmente aprovada, isenção de Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA) para todos os proprietários de automóveis que os usam como táxi (isenção de IPVA para taxistas). Pedro, motorista de aplicativo e que não exerce a atividade de taxista, ingressou diretamente com medida judicial pleiteando essa isenção, antes mesmo de tentar obter o benefício fiscal por meio da via administrativa. Com base unicamente nos dados apresentados e à luz do Código Tributário Nacional (CTN), a ação proposta por Pedro deve ser:

- a) Julgada improcedente, pois a isenção foi concedida exclusivamente para taxistas.
- b) Julgada procedente, com base numa interpretação extensiva da norma isentiva.
- c) Julgada improcedente, pois ele deveria ter esgotado, primeiramente, a via administrativa na busca do benefício fiscal antes de postular na via judicial.
- d) Julgada procedente, sob pena de se configurar afronta ao Princípio da Isonomia ou da Igualdade Tributária.

Questão 24

A União instituiu, na iminência de uma guerra externa, por meio de Medida Provisória, o Imposto Extraordinário de Guerra (IEG), adotando como fato gerador a circulação de mercadorias e serviços. Essa Medida Provisória foi publicada no mês de janeiro e a cobrança do tributo começou a ser efetuada no dia seguinte ao da sua publicação. Com base nos dados apresentados, é correto afirmar que tal tributo é:

- a) Inconstitucional, pois só poderia ser instituído por meio de Lei Complementar.
- b) Constitucional, pois ele pode adotar fato gerador de tributo compreendido ou não na competência tributária da União e também pode ser exigido imediatamente.
- c) Inconstitucional, pois ao adotar como fato gerador a circulação de mercadorias e serviços, a União praticou bitributação, que é vedada pelo ordenamento jurídico tributário.
- d) Inconstitucional, pois não observou os Princípios da Anterioridade Anual e da Anterioridade Nonagesimal.

Questão 25

A União aprovou uma lei federal dispendo sobre o Imposto Territorial Rural (ITR). De acordo com essa lei, a base de cálculo do imposto é valor venal do imóvel, que corresponde à soma do valor do terreno, do valor das edificações e do valor das plantações. Sobre a hipótese, é correto afirmar que a referida lei:

- a) É incompatível com o CTN, segundo o qual a base do cálculo do Imposto Territorial Rural (ITR) corresponde somente ao valor do terreno.
- b) É incompatível com o CTN, segundo o qual a base do cálculo do Imposto Territorial Rural (ITR) corresponde somente à soma do valor do terreno e do valor das edificações.
- c) É incompatível com o CTN, segundo o qual a base do cálculo do Imposto Territorial Rural (ITR) corresponde somente à soma do valor do terreno e do valor das plantações.
- d) É compatível com o CTN, segundo o qual a base do cálculo do Imposto Territorial Rural (ITR) corresponde à soma do valor do terreno, do valor das edificações e do valor das plantações.

Questão 26

A União pretende instituir Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (CIDE) sobre receitas decorrentes de exportação de combustíveis. Sobre a hipótese, é correto afirmar que:

- a) A União não pode instituir esse tributo, que é da competência privativa dos Estados produtores de petróleo.
- b) Esse tributo não pode incidir sobre receitas decorrentes de exportação.
- c) Esse tributo pode ser instituído somente em caso de investimento público de caráter urgente e de relevante interesse nacional.
- d) A União poderá instituir esse tributo somente se estiver previamente autorizada pelos Estados produtores de petróleo por meio de convênio celebrado junto ao CONFAZ.

DIREITO ADMINISTRATIVO

Igor Maciel

Questão 27

Se um determinado Estado pretender celebrar uma Parceria público-privada, o contrato administrativo de concessão, na modalidade patrocinada ou administrativa, deverá observar que:

- a) constitui parceria público-privada a concessão comum quando não envolver contraprestação pecuniária do parceiro público ao parceiro privado.
- b) É vedada a celebração de contrato de parceria público-privada cujo valor do contrato seja inferior a R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais).
- c) É vedada a celebração de contrato de parceria público-privada cujo valor do contrato seja inferior a R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais).
- d) É vedada a celebração de contrato de parceria público-privada cujo período de prestação do serviço seja inferior a 3 (três) anos.

Questão 28

Em relação às Organizações Sociais e às Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, assinale a alternativa correta

- a) Podem qualificar-se como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público as pessoas jurídicas de direito privado sem fins lucrativos que tenham sido constituídas e se encontrem em funcionamento regular há, no mínimo, 3 (três) anos, desde que os respectivos objetivos sociais e normas estatutárias atendam aos requisitos instituídos pela Lei nº 9.790/99.
- b) O Poder Executivo poderá qualificar como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público quaisquer pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, cujas atividades sejam dirigidas ao ensino, à pesquisa científica, ao desenvolvimento tecnológico, à proteção e preservação do meio ambiente, à cultura e à saúde.
- c) As sociedades comerciais são passíveis de qualificação como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público.
- d) Não é permitido ao Poder Executivo a cessão especial de servidor para as organizações sociais, com ônus para a origem.

Questão 29

Em dia de tumultuado trânsito na cidade de Uberlândia, um ônibus da Viação Vaievem (empresa concessionária de serviço de transporte público) fez uma curva em alta velocidade e acabou colidindo em um veículo que estava corretamente estacionado. No momento da colisão, alguns passageiros que estavam em pé no ônibus foram arremessados no chão e sofreram várias lesões.

Em relação à situação, assinale a alternativa que indique corretamente a responsabilidade da empresa Viação Vaievem no caso:

- a) a responsabilidade é subjetiva, devendo ser analisado o grau das lesões dos passageiros para que seja determinado se a empresa deverá indenizar os mesmos.
- b) a responsabilidade é objetiva, mas apenas em relação aos passageiros, usuários do transporte público, cabendo ao proprietário do carro colidido comprovar a culpa da empresa.
- c) a responsabilidade da empresa é objetiva em ambos os casos, aplicando-se tal entendimento tanto em relação aos passageiros como também ao proprietário do carro colidido.
- d) a empresa não é obrigada a indenizar os passageiros que estavam em pé e caíram devido à colisão, visto que estariam desrespeitando as normas de segurança no trânsito.

Questão 30

A Prefeitura do Município X publicou, em diário oficial, compra realizada por meio de inexigibilidade de licitação de itens de informática, especificamente 05 (cinco) unidades de pen-drive de 16gb, de cor preta, formato triangular e superfície áspera a R\$ 550,00 (quinhentos e cinquenta reais) a unidade da empresa Macro X, sem que fosse comprovada a exclusividade de produção do item.

A justificativa que foi utilizada para a inexigibilidade era de que o pen-drive referido só poderia ser encontrado na empresa Macro X, visto que produtora desse pen-drive era a única que revendia o produto nas exatas especificações pretendidas pela Prefeitura do Município X.

Com base nessas informações, é certo afirmar que:

- a) adequa-se à modalidade da inexigibilidade, visto que o pen-drive só pode ser fornecido pela empresa Macro X, a única que possui o item na capacidade de 16gb, cor preta, formato triangular e superfície áspera, conforme art. 25, inciso I da Lei nº 8.666/93.
- b) caso considerada irregular a compra realizada, é possível a sua convalidação com posterior emissão de certificado que comprove a exclusividade da empresa Macro X na produção do item.
- c) pelo valor total da compra, seria preferível que a Prefeitura utilizasse a modalidade de dispensa de licitação, observando a necessária justificativa do preço e não incluísse tais qualidades estéticas do pen-drive para a compra, visto que sua capacidade é característica suficiente e cabível para a identificação do item.
- d) caso comprovado o superfaturamento, não responderá o prestador de serviços pelo dano causado à Fazenda Pública, mas exclusivamente o agente público responsável.

Questão 31

Sérgio Mauro, que pretende obter, judicialmente, a anulação de atos de despesas com hospedagem e alimentação de familiares do Presidente da República, autorizados e praticados em viagem oficial pelo próprio chefe do Executivo federal, bem como o consequente ressarcimento ao erário das verbas dispendidas a esse título, sob alegação de ofensa à moralidade administrativa e lesividade ao patrimônio público, poderá, em tese, valer-se de

- a) ação civil pública, de competência do Supremo Tribunal Federal.
- b) ação popular, de competência do Supremo Tribunal Federal.
- c) mandado de segurança, de competência do Supremo Tribunal Federal.
- d) ação popular, de competência da Justiça federal de 1º grau.

Questão 32

Maria e José são casal muito pobre que residem em um imóvel abandonado de um órgão da Prefeitura do Município X. Após 25 anos morando no referido imóvel, a Prefeitura indica que irá reformar o local para a instalação de uma unidade de atendimento à população para assuntos relacionados à política urbana.

Nesse caso, Maria e José:

- a) não poderão reivindicar a propriedade do imóvel por meio de usucapião, visto que os bens públicos são imprescritíveis e, portanto, insuscetíveis de usucapião.
- b) deverão desocupar o imóvel, porém deverão receber indenização por parte da Prefeitura.
- c) poderão reivindicar a propriedade do imóvel através do instituto da usucapião, visto já ultrapassado o período temporal previsto legalmente.
- d) em eventual leilão público do imóvel, terão preferência de compra, visto que proprietários de fato.

DIREITO AMBIENTAL

Roserval Júnior

Questão 33

O Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) é constituído pelo conjunto das unidades de conservação federais, estaduais e municipais. Tais Unidades de Conservação dividem-se em Unidades de Proteção Integral e Unidades de Uso Sustentável. De acordo com a Lei nº 9.985/2000, que institui o SNUC, é correto afirmar que é categoria de Unidade de Conservação pertencente ao grupo de Unidades de Proteção Integral

- a) Estação Ecológica.
- b) Área de Proteção Ambiental.
- c) Área de Relevante Interesse Ecológico.
- d) Reserva Particular do Patrimônio Natural.

Questão 34

A licença ambiental para empreendimentos e atividades consideradas efetiva ou potencialmente causadoras de significativa degradação do meio dependerá de prévio estudo de impacto ambiental e respectivo relatório de impacto sobre o meio ambiente (EIA/RIMA). Dependerá de elaboração de EIA e respectivo RIMA o licenciamento da seguinte atividade modificadora do meio ambiente:

- a) Empreendimentos ou atividades que não causem significativo impacto ambiental.
- b) Aterros sanitários, processamento e destino final de resíduos tóxicos ou perigosos.
- c) Projetos urbanísticos apenas se for acima de 150 hectares ou em áreas consideradas de relevante interesse ambiental.
- d) Estradas de rodagem com uma faixa de rolamento.

DIREITO CIVIL

Paulo Sousa

Questão 35

Ana resolveu vender seu carro, anunciando-o em uma rede social. Logo após o anúncio, Fabrício entrou em contato com Ana, através de um aplicativo de mensagens, mostrando interesse em adquirir o veículo. Após a proposta feita por Ana, Fabrício decidiu pedir a opinião de sua esposa primeiro, visualizando a mensagem de Ana, mas não respondendo. Horas depois, Fabrício entrou em contato com Ana novamente, querendo adquirir o veículo, mas Ana já o tinha vendido. Sobre a situação, é correto afirmar que

- a) Ana não poderia ter vendido o veículo a outra pessoa, eis que, a proposta obriga o proponente, não havendo exceções.
- b) A proposta deixou de ser obrigatória, pois Fabrício é considerado pessoa presente e, como não foi assinalado prazo, e este não aceitou imediatamente, não obriga Ana.
- c) A proposta obriga Ana, já que, esta não assinalou prazo para a aceitação, portanto, deveria aguardar a resposta de Fabrício.
- d) A proposta obriga Ana, pois Fabrício é considerado pessoa ausente, portanto, Ana deveria ter aguardado tempo razoável para a resposta.

Questão 36

Marcos, trabalha com transporte particular de passageiros, possuindo uma van para realizar as viagens, tanto locais quanto interestaduais. Paulo, amigo de Marcos, pediu que este desse uma carona até a cidade mais próxima, o que foi imediatamente aceito. No caminho, Paulo encheu o tanque de combustível do veículo, como forma de agradecimento ao amigo. Ocorre que, antes de chegar ao destino, o veículo de Marcos foi abalroado por outro veículo, que ultrapassou o sinal vermelho, causando graves ferimentos em Paulo. Sobre o caso, assinale a afirmativa correta

- a) Marcos não será responsabilizado pelo acidente, já que, ocorreu por culpa de terceiro.
- b) As normas do contrato de transporte não se aplicam ao caso, eis que, foi feito gratuitamente, por amizade.
- c) Marcos será responsabilizado pelo acidente, mesmo tendo ocorrido por culpa de terceiro, contra o qual tem ação regressiva.
- d) As normas do contrato de transporte se aplicam ao caso, pois Marcos auferiu vantagem indireta, contudo, não será responsabilizado pelo acidente, que ocorreu por culpa de terceiro.

Questão 37

Pedro, é dono de três cachorros pitbulls, que ficam presos em um canil com fechadura mecânica. Certo dia, durante uma forte tempestade, caiu um raio que danificou a rede elétrica do bairro, fazendo com que o canil se abrisse e um dos cachorros mordesse a mão de José, que estava encostado no portão da casa de Pedro, fugindo da tempestade. Diante da situação, assinale a alternativa correta

- a) Pedro não será responsabilizado, já que houve culpa exclusiva da vítima, que estava encostada no portão da casa dele.
- b) A responsabilidade por fato de animal não admite excludentes, portanto, Pedro será responsabilizado de qualquer forma.
- c) A responsabilidade de Pedro é subjetiva devendo ser comprovada a sua culpa.
- d) Pedro não será responsabilizado, pois, houve uma excludente de responsabilidade, a força maior.

Questão 38

João e Maria obrigaram-se a entregar uma vaca leiteira a Antônio. Ocorre que, na data combinada, João e Maria não entregaram a vaca leiteira, conforme o combinado. Diante do caso, é correto afirmar que

- a) Trata-se de obrigação solidária, podendo Antônio exigir a totalidade, tanto de João quanto de Maria.
- b) Trata-se de uma obrigação subsidiária, devendo Antônio exigir primeiro de um deles e, em caso de permanecer a inadimplência, exigir do outro.
- c) Trata-se de obrigação indivisível e, caso não seja possível o cumprimento, se resolverá em perdas e danos.
- d) Trata-se de obrigação alternativa, podendo Antônio escolher qualquer um dos devedores para exigir o cumprimento da obrigação.

Questão 39

Luzia e Mateus são casados. Otávio e Laura, são pais de Mateus e Breno. Felipe é sobrinho de Mateus, filho de Breno. Luzia, tem um primo, Beto e um sobrinho, Leon. Com base nisso, assinale a afirmativa correta

- a) Otávio, Laura, são parentes por afinidade em linha reta e, Breno e Felipe são parentes por afinidade em linha colateral de Luzia.
- b) Caso Luzia e Mateus se divorciem, o parentesco por afinidade de Luzia, com os parentes de Mateus, é extinto.
- c) Beto é parente em linha colateral, em quarto grau e Leon é parente em linha colateral em terceiro grau de Luzia.
- d) O parentesco por afinidade entre os parentes de Mateus e Luzia, permanece mesmo que estes venham a se divorciar.

Questão 40

André e Luís firmaram um contrato para que, juntos, plantassem e colhessem soja. Contudo, eles se desentenderam e Luís, afim de se vingar, sabotou a plantação, já que possuía vasto patrimônio e o valor investido não o prejudicaria tanto, ao passo que, levaria André a falência. Sobre o caso, é correto afirmar que

- a) O prazo prescricional para André requerer a reparação civil pelo ocorrido é de dez anos.
- b) O prazo prescricional para André requerer a reparação civil pelo ocorrido é de três anos.
- c) O prazo prescricional para André requerer a reparação civil pelo ocorrido é de dois anos.
- d) O prazo prescricional para André requerer a reparação civil pelo ocorrido é de um ano.

Questão 41

Brenda possui uma edição rara de um livro escrito por William Shakespeare. Este bem pode ser classificado como

- a) Fungível, inconsumível, divisível e singular.
- b) Infungível, inconsumível, divisível e coletivo.
- c) Infungível, inconsumível, indivisível e singular.
- d) Infungível, consumível, indivisível e singular.

DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Ricardo Torques

Questão 42

Um casal viajou em lua de mel para o Amazonas e aproveitou a oportunidade para conhecer uma aldeia indígena. Lá chegando, ficaram encantados com a pequena Anahi, criancinha yanomami de quatro anos. Ao retornar para sua cidade, procuraram informar-se sobre o processo de adoção da criança. Com base nessa breve narrativa, assinale a alternativa correta:

- a) O Estatuto da Criança e do Adolescente veda que crianças ou adolescentes indígenas sejam adotados, como forma de preservação de sua identidade social e cultural.
- b) A colocação familiar de Anahi deve ocorrer obrigatoriamente no seio de sua própria comunidade ou junto a membros da mesma etnia.
- c) No caso, é obrigatória a intervenção e oitiva de representantes da FUNAI, órgão federal responsável pela política indigenista.
- d) A adoção de Anahi é plenamente possível, desde que sejam consideradas e respeitadas sua identidade social e cultural, os seus costumes e tradições, bem como suas instituições, ainda que não sejam compatíveis com os direitos fundamentais reconhecidos no ECA e na Constituição Federal.

Questão 43

Pedro “Mão Veloz”, adolescente de 14 anos, é conhecido pelos amigos em razão dos pequenos furtos de smartphone que realiza nas festas que vai. Durante um baile de quinze anos, Pedro foi pego em flagrante pelo pai de um dos convidados. Nesse caso:

- a) Os furtos praticados por Pedro, por constituírem conduta descrita como crime, devem ser processados e julgados com base no Código Penal.
- b) Caso o processamento e julgamento de Pedro demorem demais e este atinja a maioridade, deverá ser julgado conforme a sua idade no momento da sentença.
- c) Pedro deverá ser submetido à identificação compulsória pelos órgãos policiais, ainda que esteja portando documento de identidade com foto.
- d) Caso Pedro seja apreendido, o local onde se encontra recolhido deve ser comunicado imediatamente à autoridade judiciária competente e à sua família. Nesse caso, deve ser examinada a possibilidade de liberação imediata.

DIREITO DO CONSUMIDOR

Igor Maciel

Questão 44

Em relação aos contratos de plano de saúde é correto afirmar que:

- a) Não pode existir limitação de atendimentos ou serviços ao consumidor, independentemente do pacote contratado no plano de saúde contratado, já que é serviço básico e essencial;
- b) Aplica-se o Código de Defesa do Consumidor indistintamente a qualquer tipo de contrato com plano de saúde;
- c) Aplica-se o Código de Defesa do Consumidor indistintamente a qualquer tipo de contrato com plano de saúde, salvo os administrados por entidades de autogestão;
- d) Aplica-se o Código de Defesa do Consumidor indistintamente a qualquer tipo de contrato com plano de saúde, salvo os administrados por entidades privadas.

Questão 45

Lucas resolveu fazer reserva de cervejas em casa. Para isso, aproveitou uma ótima promoção de um depósito indicado por seu amigo Marcius. O preço era realmente muito bom, tão bom que Lucas comprou trinta unidades.

Após alguns dias, começou a beber as cervejas. Logo nas primeiras unidades, Lucas percebeu que o gosto da cerveja estava muito estranho, a ponto de ser considerada intragável.

Em relação a essa situação, é correto afirmar que:

- a) Por ter sido um produto indicado por Marcius, Lucas poderá cobrar dele o valor pago por todas as cervejas intragáveis;
- b) Sendo verificado que a cerveja estava imprópria ou inadequada ao consumo, restará configurada a responsabilidade por vício do produto por parte do depósito;
- c) O depósito não será obrigado, em qualquer hipótese, a restituir o valor pago pelas cervejas a Lucas;
- d) Sendo verificado que a cerveja estava imprópria ou inadequada ao consumo, restará configurada a responsabilidade por fato do produto por parte do depósito.

DIREITO EMPRESARIAL

Alessandro Sanchez

Questão 46

O Empresário Evandro Mesquita aliena todos os bens de seu principal estabelecimento na cidade de Sucuri. O adquirente, antes de realizar a assinatura do contrato nota que existem débitos com um de seus credores, e que o alienante deve 100.000,00 (cem mil reais) para uma fábrica de apagadores de luxo. Em vista da situação hipotética, assinale a afirmativa correta:

- b) O estabelecimento empresarial é compreendido por todo complexo de bens úteis ou não para o exercício da empresa, por empresário, ou por sociedade empresária.
- c) Se ao alienante não restarem bens suficientes para solver o seu passivo, a eficácia da alienação do estabelecimento depende, além dos requisitos legais ordinariamente exigidos em qualquer alienação de estabelecimento, do pagamento de todos os credores, ou do consentimento destes, de modo expresse ou tácito, em trinta dias a partir de sua notificação.
- d) O Alienante pode alienar os bens independentemente de notificação aos credores, mas não pode fazer concorrência.

Questão 47

Considerando a evolução histórica do direito empresarial, assinale a opção correta.

- a) A teoria dos atos de comércio foi adotada, inicialmente, nas feiras medievais da Europa pelas corporações de comerciantes que então se formaram.
- b) A edição do Código Francês de 1807 é considerada o marco inicial do direito comercial no mundo.
- c) Considera-se o marco inicial do direito comercial brasileiro a lei de abertura dos portos, em 1808, por determinação do rei Dom João VI.
- d) A teoria da empresa adotada pelo atual Código Civil brasileiro é de origem Francesa.

Questão 48

Analise a situação a seguir:

Um grupo de pessoas destinadas à atividade rural se obriga mutuamente a contribuir, com serviços ou bens, para o exercício de atividade econômica e a partilha, igualmente, dos resultados. Nessa conjuntura,

- a) A aludida sociedade poderá optar por qualificar-se sociedade simples, sujeita à inscrição no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou sociedade empresária, sujeita à inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis.
- b) sociedade deverá optar pelo registro empresarial.
- c) A sociedade não poderá optar pelo registro empresarial.
- d) A sociedade rural poderá optar pelo registro empresarial em uma das juntas comerciais estaduais ou pelo registro civil das pessoas jurídicas, desde que o tipo adotado seja de responsabilidade ilimitada.

Questão 49

Sergio Manoel era dono de um restaurante, exercendo pessoalmente sua administração. Sofre um acidente grave, automobilístico, que o leva a ser interditado para os atos da vida civil, mas insiste em continuar as atividades da empresa. Nessas condições pessoais,

- a) poderá fazê-lo, por meio de autorização judicial na qual se nomeará um curador e de natureza irrevogável, salvo prova de abuso de gestão.
- b) poderá fazê-lo, desde que por meio de representante ou devidamente assistido, sem interferência judicial, já que as obrigações legais passam a ser integralmente de seu representante.
- c) não poderá fazê-lo, por impedimento legal e, se o fizer, não responderá pelas obrigações contraídas, por sua incapacidade.
- d) poderá fazê-lo, desde que por meio de representante ou devidamente assistido, com precedente autorização judicial que examine as circunstâncias e riscos da empresa, bem como a conveniência em continuá-la.

Questão 50

Sobre os atos de competência do Registro Público de Empresas Mercantis (denominado atualmente Registro Empresarial), a cargo das Juntas Comerciais, assinale a afirmativa correta.

- a) O registro compreende a matrícula dos leiloeiros, tradutores públicos e intérpretes comerciais, trapicheiros e administradores de armazéns-gerais, bem como o cancelamento dela.
- b) O arquivamento dos documentos relativos à constituição, alteração, dissolução e extinção de associações, sociedades empresárias e cooperativas compete às Juntas Comerciais.
- c) A autenticação dos instrumentos de escrituração das sociedades empresárias, do empresário individual, registrado ou não, e dos agentes auxiliares do comércio é de responsabilidade das Juntas Comerciais.
- d) As Juntas Comerciais procederão ao assentamento dos usos e das práticas mercantis apenas quando houver provocação da Procuradoria ou de entidade de classe interessada.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

Ricardo Torques**Questão 51**

Um advogado, bastante atuante na área de direito público, ficou indignado por dirigir à sala de audiências e não pode entrar pois o referido processo tramitava em segredo de justiça. Nesse caso, pode-se afirmar que

- a) todos os julgamentos dos órgãos do Poder Judiciário serão públicos e, por isso, o advogado deveria ter livre acesso à sala de audiências.
- b) os casos que tramitam em segredo de justiça são raros e dizem respeito exclusivamente a causas que envolvam interesses estatais.
- c) em casos de segredo de justiça, pode ser autorizada a presença somente das partes, de seus advogados, da Defensoria Pública e do Ministério Público.
- d) apenas as causas de família possibilitam o segredo de justiça.

Questão 52

O julgamento dos processos de acordo com a ordem cronológica representou uma grande vantagem para o advogado José Carlos pois este, por ser muito tímido, não gostava de ir ao cartório da vara para informar-se sobre o trâmite processual. No entanto, José Carlos ficou sabendo de vários amigos, também advogados, que tinham processos sentenciados antes dos seus. Sobre o tema, é correto afirmar que:

- a) O julgamento conforme a ordem cronológica de conclusão é de observância obrigatória por juízes e tribunais.
- b) O Código de Processo Civil estabelece um rol de processos que poderão ser julgados com preferência, mas não há nenhum tipo recursal incluído em tais hipóteses.
- c) Caso José Carlos tenha feito algum requerimento após a conclusão do processo, ainda que não tenha gerado a reabertura da instrução ou a conversão do julgamento em diligência, o seu processo passará a ocupar o último lugar da lista.
- d) José Carlos poderá acessar a lista de processos aptos a julgamento em cartório ou pela internet e após a decisão de eventual requerimento formulado, o processo retornará à mesma posição em que se encontrava anteriormente.

Questão 53

Durante o período da pandemia do coronavírus (COVID-19), um renomado advogado de sua cidade, já idoso, foi acometido pela doença e faleceu. O cliente, sem saber o que fazer nessa situação, procurou por você para uma consultoria jurídica online temeroso do processo ser extinto. Com base na situação hipotética, assinale a alternativa correta:

- a) Em razão da morte do advogado, o processo será extinto, independentemente da fase processual em que esteja.
- b) O juiz deverá suspender o processo e designar prazo razoável para que seja regularizada a representação da parte.
- c) As consequências processuais variam conforme a posição processual ocupada pelo cliente, mas é certo que tal situação só atinge a fase de conhecimento do processo. Em fase recursal, não é possível o saneamento de vício de representação.
- d) O juiz não precisará suspender o processo, bastando designar prazo razoável para que a parte constitua um novo advogado.

Questão 54

Alberto é um advogado recém aprovado no Exame da Ordem. Recentemente montou um escritório com amigos e está ansioso para sua primeira causa. Jacinta é sua primeira cliente e, por nervosismo de Alberto, acaba saindo do escritório sem assinar a procuração. Sobre o instrumento de mandato, pode-se afirmar que:

- a) Alberto, sem a procuração de Jacinta, não poderá postular em juízo em hipótese alguma.
- b) Se Alberto postular em juízo sem procuração, deverá prestar caução e, assim, poderá exibir a procuração no prazo de 15 dias.
- c) Alberto poderá postular em juízo, ainda que sem procuração, para evitar preclusão, decadência, prescrição ou para praticar ato considerado urgente.
- d) Caso Alberto não apresente a procuração dentro do prazo previsto pelo Código de Processo Civil, o ato será considerado ineficaz, mas não haverá qualquer consequência para Alberto.

Questão 55

Diogo é parte plenamente capaz em um processo e, apesar da situação processual, apresenta um tratamento cordial com Gabriel, parte adversa na ação. Orientados por seus advogados, decidem estipular mudanças no procedimento para ajustá-lo às especificidades da causa. Nesse caso:

- a) O negócio jurídico processual celebrado por Diogo e Gabriel só será válido se estabelecido antes da propositura da ação.
- b) Diogo e Gabriel, independentemente do direito posto em juízo, poderão celebrar negócio jurídico sobre mudanças no procedimento.
- c) O juiz controlará a validade das convenções estabelecidas por Diogo e Gabriel, podendo, inclusive, recusar-lhes aplicação em determinados casos.
- d) Considerando que o negócio jurídico processual é uma manifestação da autonomia da vontade das partes, plenamente capazes, inclusive, ao juiz é vedado exercer qualquer tipo de controle.

Questão 56

A causa do advogado Petrônio apresentava complexidade em matéria de fato e de direito. Desse modo, o juiz designou audiência para que o saneamento fosse feito em cooperação com as partes. É a primeira vez que Petrônio participará de uma audiência com essa finalidade e:

- a) deverá apresentar o rol de testemunhas, não podendo ser superior a 10 (dez), sendo 3 (três), no máximo, para a prova de cada fato.
- b) o juiz está obrigado a aceitar todas as testemunhas arroladas pelas partes pois, do contrário, estaria limitando o contraditório e a ampla defesa.
- c) as pautas deverão ser preparadas com o intervalo mínimo de 30 (trinta) minutos entre as audiências.
- d) deverá apresentar o rol de testemunhas, mas não há qualquer limitação quanto à quantidade pois, desse modo, seu direito probatório restaria prejudicado.

Questão 57

Passados 18 meses do trânsito em julgado de uma ação, você, terceiro juridicamente interessado, descobriu que as partes agiram em conluio para fraudar a lei. Qual o instrumento adequado para atacar a decisão de mérito proferida?

- a) apelação.
- b) recurso especial para o STJ caso a ação tenha transitado em julgado no juízo de 1º grau.
- c) ação rescisória.
- d) recurso extraordinário para o STF caso o trânsito em julgado da ação tenha ocorrido em um tribunal de justiça ou tribunal regional federal.

DIREITO PENAL

Cristiano Rodrigues

Questão 58

Pedro, se aproveitando do horário de saída de uma escola, e mediante emprego de grave ameaça com uma faca, conduz Daniela, menor de 16 anos de idade, para um terreno baldio onde pratica com ela conjunção carnal forçada, fugindo em seguida. Acontece que na semana seguinte volta ao mesmo local e no mesmo horário realizado o mesmo fato com outra vítima.

Tres dias depois deste segundo ato, é publicada uma lei que aumenta a pena do estupro praticado contra vítimas maiores de 14 e menores de 18 anos. Na semana seguinte, aproveitando-se das mesmas condições, João volta ao local e realiza mais um estupro contra outra vítima, porem, logo em seguida, é preso em flagrante pela polícia.

De acordo com o entendimento simulado pelo STF a respeito da situação narrada, marque a alternativa correta:

- a) Pedro responderá pelos 3 estupros sem se considerar o aumento de pena previsto na nova lei, em face do principio da irretroatividade.
- b) Pedro responde por todos os estupros praticados em concurso de crimes, considerando-se em sua dosimetria o aumento de pena estabelecido pela nova lei.
- c) Pedro responde pelos dois primeiros atos sem o aumento de pena, e pelo terceiro crime com a pena aumentada em face da previsão nova lei.
- d) Pedro terá a pena dos três estupros somadas em face do concurso de crimes, mas o novo aumento de pena incidirá somente no terceiro crime praticado.

Questão 59

Flavio é preso em flagrante pela prática do crime de roubo simples (Art. 157 caput do CP). Posteriormente, durante o processo se descobre que há 2 inquéritos policiais concluídos em que Flavio foi indiciado pela prática de outros crimes de roubo, além de um outro processo já com sentença condenatória e que está em fase de recurso interposto pela defesa, por crime de furto praticado há dois anos. De acordo com os dados acima e com base na jurisprudência sumulada dos tribunais superiores:

- a) Flavio ao ser condenado pelo roubo terá maus antecedentes considerados na sua pena, em face da sentença condenatória anterior quanto ao crime de furto.
- b) Flavio será considerado reincidente em razão da sentença condenatória do crime de furto.
- c) Flavio será condenado neste novo crime como réu primário, sem qualquer aumento de pena por antecedentes ou reincidência relacionado aos crimes anteriores.
- d) Flavio terá maus antecedentes em relação aos inquéritos por roubo, e será considerado reincidente, em face da sentença condenatória do crime de furto.

Questão 60

Luiz obrigou Maria, de 13 anos de idade a com ele praticar sexo oral e anal, ameaçando-a com uma arma de fogo. Ao final das crueldades, Luiz levou Maria até a beira de uma represa, amarrou seu corpo em uma pedra e a atirou na água para que morresse afogada e buscando ocultar os fatos da polícia. Qual(is) o(s) crime(s) praticado(s) por Luiz?

- a) Estupro qualificado pela morte da vítima (crime preterdoloso).
- b) Estupro simples e homicídio qualificado em concurso material de crimes.
- c) Homicídio doloso qualificado sendo que o Estupro ficará absorvido.
- d) Estupro de vulnerável e homicídio doloso qualificado, em concurso material.

Questão 61

Roberta, desejando um novo celular pede à seu pai que lhe dê a quantia de R\$ 3.000,00 para adquirir o produto, sendo o pedido negado. Sem condições de comprar o produto com sua renda própria, Roberta arranca uma folha do talão de cheques de seu pai, falsifica a assinatura deste e o utiliza para adquirir o desejado aparelho de telefone. Assinale a alternativa que indique qual a pena que Roberta está sujeita diante dos fatos apresentados.

- a) Detenção, de quinze dias a um mês, ou multa, pois praticou o crime de exercício arbitrário das próprias razões, ao tomar para si, sem pedir, dinheiro de seu ascendente.
- b) Reclusão, de um a cinco anos, e multa, pois praticou o crime de falsificação de documento particular ao assinar o cheque de terceiro.
- c) Não estará sujeita a pena alguma, e ficará isenta de punição, por estar presente uma escusa absolutória.
- d) Reclusão de um a três anos, e multa, pois praticou o crime de falsidade ideológica em documento particular ao assinar o cheque de terceiro.

Questão 62

Sobre a Teoria do Domínio do Fato, delimitadora do conceito de autoria, nas bases do ordenamento jurídico penal brasileiro, podemos considerar correta a seguinte afirmação.:

- a) esta teoria entende como autores todos aqueles que intervenham no processo causal de realização do tipo e produção do resultado, independentemente da importância que a sua colaboração possua dentro da totalidade do fato, questão que só deverá ser considerada no momento da fixação da pena concreta.
- b) esta teoria entende como autor aquele que domina a realização do fato, quem tem poder sobre ele, bem como quem exerce poder sobre a vontade alheia; partícipe será somente quem não tem domínio sobre os fatos, mas contribui de qualquer outro modo para ele.
- c) esta teoria é aceita pela maioria dos doutrinadores nacionais embora não seja aceita pela jurisprudência dominante.
- d) esta teoria não tem aplicação prática e concreta no direito penal brasileiro.

Questão 63

Luciana, revoltada com a traição de seu marido, Felipe, decide matá-lo. Para tanto, resolve esperar que ele adormeça para, durante a madrugada, acabar com sua vida. Por volta das 22h, Pedro deita para ver futebol na sala da residência do casal. Quando chega à sala, Luciana percebe que Felipe estava deitado sem se mexer no sofá. Acreditando que ele estava dormindo, desferiu 10 facadas em seu peito. Nervosa e arrependida, liga para o hospital e, com a chegada dos médicos, é informada que o marido faleceu. O laudo de necropsia, porém, constatou que Felipe já havia falecido momentos antes das facadas em razão de um infarto fulminante. Luciana, então, foi denunciada pelo MP pelo crime de tentativa de homicídio.

Você, advogado(a) de Luciana, deverá alegar em seu favor a ocorrência de:

- a) atipicidade em razão do crime impossível, por absoluta impropriedade do objeto.
- b) desistência voluntária, causa de atipicidade da conduta.
- c) arrependimento eficaz, causa de atipicidade da conduta.
- d) atipicidade em razão do crime impossível por ineficácia do meio.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

Ivan Marques

Questão 64

Em relação aos procedimentos no processo penal, aponte a alternativa correta nos exatos termos da lei:

- a) O procedimento especial sumaríssimo será adotado para as infrações penais de menor potencial ofensivo.
- b) O procedimento comum sumário será adotado para crimes cuja sanção máxima cominada seja inferior a 3 (três) anos de pena privativa de liberdade.
- c) O procedimento comum ordinário será adotado para crimes cuja sanção máxima cominada seja igual ou superior a 4 (quatro) anos de pena privativa de liberdade.
- d) Procedimentos especiais não seguem as regras do Código de Processo Penal.

Questão 65

Dentre as hipóteses de cabimento da ação de revisão criminal, indique a alternativa que não tem correspondência na lei:

- a) quando o juiz valorar as provas da acusação com mais importância do que as provas da defesa.
- b) quando, após a sentença, se descobrirem novas provas de inocência do condenado.
- c) quando a sentença condenatória se fundar em documentos comprovadamente falsos.
- d) quando a sentença condenatória for contrária à evidência dos autos.

Questão 66

Incumbirá à autoridade policial, nos termos do Código de Processo Penal, exceto:

- a) fornecer às autoridades judiciárias as informações necessárias à instrução e julgamento dos processos;
- b) realizar as diligências requisitadas pelo juiz ou pelo Ministério Público;
- c) cumprir os mandados de prisão expedidos pelas autoridades judiciárias;
- d) decretar a prisão preventiva.

Questão 67

Ciro, preso no Presídio Estadual de Segurança Máxima de Presidente Bernardes, foi informado de que será interrogado por videoconferência. Sem entender o motivo, foi à biblioteca do presídio em busca da resposta e passou a pesquisar no Código de Processo Penal. Qual das situações abaixo seria válida como fundamento para a opção jurisdicional pelo interrogatório por videoconferência:

- a) Prevenir risco à segurança pública, quando exista desconfiança de que o preso integre organização criminosa ou de que, por outra razão, possa fugir durante o deslocamento.
- b) Viabilizar a participação do réu no referido ato processual, quando haja relevante dificuldade para seu comparecimento em juízo, por enfermidade ou outra circunstância pessoal.
- c) Impedir a influência do réu no ânimo do Ministério Público.
- d) Responder à grave questão de ordem pública.

Questão 68

Não será exigido o reforço da fiança:

- a) Quando for inovada a classificação do delito.
- b) Quando descumprir medida cautelar diversa da fiança.
- c) Quando houver depreciação material ou perecimento dos bens hipotecados ou caucionados, ou depreciação dos metais ou pedras preciosas
- d) Quando a autoridade tomar, por engano, fiança insuficiente

Questão 69

Adamastor foi acusado e processado por tentar matar a sua sogra por motivo fútil – servir macarrão empapado e sem sal. Após provar a comida, levantou furioso e desferiu facadas na sogra até ser imobilizado por sua esposa. A sogra foi socorrida e sobreviveu às facadas. Após todo o rito especial do júri, chega o momento dos jurados proferirem o veredicto. Na sala especial, os quesitos são apresentados, um a um, aos jurados para a sua votação. A respeito dessa fase do procedimento especial do júri, qual dos quesitos não poderia ter sido apresentado aos jurados:

- a) A materialidade do crime doloso contra a vida.
- b) A autoria ou participação.
- c) A absolvição do acusado.
- d) A existência de qualificadora do crime descoberta em Plenário.

DIREITO DO TRABALHO

Priscila Ferreira

Questão 70

Diante da atual crise econômica ocasionada pela pandemia do COVID-19, Ferdinando pretende sacar o FGTS a que tem direito, e lhe consulta, como advogado, para tomar conhecimento acerca da hipótese em que o FGTS não poderá ser sacado.

Diante do exposto, Ferdinando não poderá sacar o FGTS, na seguinte situação:

- a) Aposentadoria por invalidez.
- b) Rescisão do contrato por culpa recíproca ou força maior.
- c) Rescisão do contrato por falecimento do empregador individual.
- d) trabalhador permanecer dois anos ininterruptos fora do regime do FGTS

Questão 71

Vanderlei depois de um longo período lecionando foi acometido por doença incurável, ocasionando a sua aposentadoria por invalidez. Diante do exposto, a aposentadoria por invalidez acarretará a

- a) extinção do contrato de trabalho e possibilita a liberação dos depósitos do fundo de garantia do tempo de serviço.
- b) suspensão do contrato de trabalho e não possibilita a liberação dos depósitos do fundo de garantia do tempo de serviço.
- c) interrupção do contrato de trabalho nos primeiros 15 (quinze) dias e possibilita a liberação dos depósitos do fundo de garantia do tempo de serviço.
- d) suspensão do contrato de trabalho e possibilita a liberação dos depósitos do fundo de garantia do tempo de serviço.

Questão 72

Uma determinada empresa pretende celebrar um contrato de trabalho no qual a prestação de serviços, com subordinação, não é contínua, ocorrendo com alternância de períodos de prestação de serviços e de inatividade, determinados em horas, dias ou meses, independentemente do tipo de atividade do empregado e do empregador, exceto para os aeronautas. Diante desta condição, o contrato de trabalho que se adequa ao exposto seria o:

- a) contrato por prazo determinado
- b) contrato temporário
- c) contrato de terceirização
- d) contrato de trabalho intermitente

Questão 73

Tício de Abreu, admitido pela Empresa Comercial ABC, no dia 05.12.2018, sempre teve salário inferior ao do colega Tales de Mileto, admitido um ano antes, para o exercício da mesma função. Considerando que ambos os empregados trabalham em filiais distintas, mas localizadas no mesmo município, assinale a alternativa correta em relação à eventual postulação de equiparação salarial de Tício de Abreu com Tales de Mileto.

- a) A equiparação salarial será devida se houver a mesma produtividade e perfeição técnica.
- b) A equiparação salarial será devida se for confirmada a identidade de funções e observados os demais requisitos legais, pois trabalham na mesma localidade.
- c) Só não haverá direito à equiparação salarial se a empregadora tiver plano de cargos e salários devidamente homologado pela Superintendência Regional do Trabalho.
- d) Não haverá direito à equiparação salarial, pois ambos trabalham em estabelecimentos distintos.

Questão 74

Considere as seguintes verbas:

- I. Adicional noturno.
- II. Horas-extras.
- III. Repouso Semanal Remunerado.

Conforme súmula do TST, as gorjetas oferecidas espontaneamente pelos clientes, NÃO servem de base de cálculo para as verbas indicadas em

- a) II e III, apenas.
- b) II, apenas.
- c) I e III, apenas.
- d) I, II e III.

Questão 75

Carlus trabalha em um posto de abastecimento de combustíveis. Exerce as funções de frentista, cuja atividade principal é abastecer os veículos com combustível direto da bomba. Recebe salário base e vale refeição. Pelo exercício das suas funções, nos termos da legislação aplicável à matéria, Carlus faz jus ao pagamento do adicional de

- a) penosidade no valor correspondente a 40% sobre o salário mínimo.
- b) insalubridade no percentual de 10%, 20% ou 40% do salário mínimo.
- c) periculosidade no percentual 10%, 20% ou 40% do salário mínimo
- d) periculosidade no percentual de 30% do salário contratual.

DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO

Priscila Ferreira

Questão 76

A empresa “Coruja Fitness” foi notificada da ação trabalhista distribuída perante a 10ª Vara do Trabalho de Campinas/SP, local de residência do reclamante.

Diante de tal fato, a empresa informa ao seu advogado que a prestação de serviço sempre ocorreu em Salvador, onde o reclamante residia inicialmente, mas que teria se mudado logo após a dispensa.

Diante desse quadro, o advogado da empresa deve apresentar

- a) Contestação e em sede de preliminares apontar a incompetência territorial.
- b) Contestação com pedido contraposto para mudança de localidade do trâmite da demanda.
- c) exceção de incompetência territorial, no prazo de 5 (cinco) dias contados da notificação, antes da audiência e em peça processual específica.
- d) exceção de incompetência territorial, em peça processual específica, em audiência.

Questão 77

No que tange às audiências no processo do trabalho, assinale a alternativa correta.

- a) As audiências dos órgãos da Justiça do Trabalho serão realizadas entre 7 e 17 horas.
- b) As audiências na Justiça do Trabalho não poderão ultrapassar 5 horas seguidas, salvo quando houver matéria urgente.
- c) Na audiência de julgamento é defeso ao empregador fazer-se substituir pelo gerente ou qualquer outro preposto, ainda que tenha conhecimento do fato.
- d) Aberta a audiência de julgamento, os advogados propõem a conciliação.

Questão 78

Determinada empresa pública municipal, intimada da sentença trabalhista no dia 06.11.2019 (4ª feira), interpôs recurso ordinário em 27.11.2019 (4ª feira). Considerando que o mencionado recurso foi processado pelo juízo a quo, assinale a alternativa correta.

- a) O recurso deverá ser conhecido pelo juízo ad quem, pois as empresas públicas possuem prazo em dobro para recorrer.
- b) O recurso não deverá ser conhecido pelo juízo ad quem, tendo em vista a intempestividade.
- c) O recurso deverá ser conhecido pelo juízo ad quem, pois foi observado o prazo legal de quinze dias úteis.
- d) O recurso deverá ser conhecido pelo juízo ad quem se houver o adequado preparo.

Questão 79

Das decisões proferidas em grau de recurso ordinário, em dissídio individual, pelos Tribunais Regionais do Trabalho, com violação literal de disposição de lei federal ou afronta direta e literal à CF, cabe, junto ao TST,

- a) embargo.
- b) recurso especial.
- c) recurso de revista.
- d) agravo.

Questão 80

Marta ajuizou reclamação trabalhista em face de sua ex-empregadora a empresa “LFB Ltda.”, dando a causa o valor de R\$ 360.000,00. Após regular instrução processual a referida empresa foi condenada ao valor líquido de R\$ 130.000,00. A empresa pretende interpor Recurso Ordinário e já procedeu o depósito recursal devido, permanecendo com dúvidas a respeito do recolhimento das custas processuais. No presente caso, as referidas custas processuais

- a) deverão ser recolhidas dentro do prazo para interposição do Recurso Ordinário no importe de R\$ 1.300,00.
- b) deverão ser recolhidas dentro do prazo para interposição do Recurso Ordinário no importe de R\$ 2.600,00.
- c) deverão ser recolhidas ao final, uma vez que para a interposição de Recurso Ordinário somente é necessário a realização do depósito recursal.
- d) deverão ser recolhidas dentro do prazo para interposição do Recurso Ordinário no importe de R\$ 3.600,00.

Conheça nosso Sistema de Questões!

Clique no banner!



OAB